



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO Nº 03/2014

UNIDADE JURISDICIONADA: COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON

CÓDIGO SIAFI: 120090

SIGLA: CABW

PERÍODO DOS EXAMES DE AUDITORIA: 7 a 11 de abril de 2014

DIRIGENTE MÁXIMO: FLÁVIO RAIMUNDO FERES CORONEL AVIADOR

EXERCÍCIO: 2013

PORTARIA CENCIAR Nº 103/GC4 e 104/GC4, DE 28 DE JANEIRO DE 2014.

PROCESSO Nº 67022.000225/2014-92

I – FINALIDADE DO RELATÓRIO

Informar os resultados alcançados na análise dos aspectos definidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do Anexo IV da Decisão Normativa nº 132, de 2 de outubro de 2013, de modo a avaliar a gestão do exercício de 2013, e compor o Processo de Contas da Unidade Jurisdicionada.

II – METODOLOGIA DOS EXAMES

Os exames foram realizados "in loco", por amostragem, na extensão julgada necessária sobre o Relatório de Gestão produzido pela Unidade Gestora. Foi realizada visita à Comissão Aeronáutica Brasileira, em Washington (CABW), tendo sido verificada a observância da legislação em vigor, a autenticidade e a consistência dos documentos apresentados.

Por ocasião da visita de auditoria, nenhuma restrição foi imposta à Equipe do Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR).

III – RESULTADOS DOS EXAMES DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

Em acordo com o que estabelece o Anexo IV, da DN-TCU nº132/2013, e em face dos

exames realizados, foram constatadas as seguintes análises:

1. CONFORMIDADE DAS PEÇAS

O Processo de Prestação de Contas Anual foi organizado de forma agregada à gestão do Comando Geral de Apoio (COMGAP), de acordo com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa nº 127, de 15 de maio de 2013, com a Decisão Normativa nº 132, de 2 de outubro de 2013, e com a Portaria nº 175, de 9 de julho de 2013 do Tribunal de Contas da União.

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na análise dos itens que compõem o Relatório de Gestão e de suas peças complementares com o objetivo de avaliar se o Relatório de Gestão (RG) foi elaborado de acordo com os normativos do TCU.

Foi verificado no Relatório de Gestão, apresentado pela CABW, a não conformidade com o inteiro teor das peças e dos respectivos conteúdos exigidos pelos normativos do TCU. Em relação ao conteúdo obrigatório foram preenchidos os itens aplicáveis à natureza do trabalho desenvolvido, porém, não foram abordadas questões descritas pela Portaria TCU nº 175/2013, especialmente no que se refere à análise crítica, que em grande parte apresentou informações insuficientes ou superficiais.

2. RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

A metodologia de avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos consistiu na análise das informações apresentadas no Relatório de Gestão e na realização de comparação com os projetos e metas definidos no Plano Setorial (PCA 11-1/2013) do COMGAP, bem como no Programa de Trabalho do Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG) e das OM Subordinadas (ICA 400-33/2013), Organizações às quais a CABW é subordinada.

A atividade finalística da CABW consiste na aquisição de bens e serviços no exterior, em estrito cumprimento às requisições e critérios previamente planejados e emitidos no Brasil pelos órgãos competentes do Comando da Aeronáutica.

Foi constatada a ausência de Plano de Trabalho específico da CABW para o exercício de 2013, não cumprindo o previsto na NPA 04B-93/CHF, normativo interno que estabelece os procedimentos para a elaboração do Plano de Trabalho Anual e que define o seu processo de execução visando a direcionar, adequadamente, o esforço da CABW na conquista de seus objetivos.

É necessário que o gestor público passe a adotar uma cultura de planejamento efetivo que sirva de parâmetro para guiar suas decisões. A utilização de um planejamento bem elaborado e consistente, apresentando metas objetivas, quantificadas e com prazos definidos é o melhor guia para orientar o gestor.

No item 2.3 do Relatório de Gestão, a CABW informou que realizou contratações de suporte administrativo nas quais obteve significativa economia e, ainda, foi relatada a economia gerada por novos contratos de transporte marítimo, o que representa 67,43% da economia total, equivalente a R\$ 525.810,62 (quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e dez reais e sessenta e dois centavos).

A CABW não é responsável pela execução direta de programas e ações. Ela atua executando as compras demandadas por outras OM responsáveis pela execução dos programas e ações, por isso recebe alto volume de recursos que, em 2013, atingiu a marca de R\$ 724.953.280,19 (setecentos e vinte e quatro milhões, novecentos e cinquenta e três mil, duzentos e oitenta reais e dezenove centavos), distribuídos em 30 ações diferentes.

3. INDICADORES INSTITUCIONAIS

O objetivo da equipe de auditoria foi avaliar se os indicadores de gestão permitem o acompanhamento da gestão da unidade,

A CABW apresentou três indicadores no Relatório de Gestão:

Indicador	Observações
Tempo médio de dias de Armazenagem (TMA), no depósito da CABW	<p>Objetiva medir o tempo de armazenagem do material no depósito da CABW nos EUA (em Temple Hills, MD), antes do embarque para o Brasil em modal aéreo ou marítimo.</p> <p>Esse indicador apresenta alto grau de confiabilidade, pois é calculado pelo sistema SILOMS-EXT. Os dados primários são gerados pelo próprio sistema que processa as datas registradas e que realiza o cálculo em um módulo gerencial específico de acompanhamento de indicadores.</p> <p>Sob o aspecto da validade, o indicador é capaz de medir de forma adequada aquilo a que se propôs, além de ser de fácil compreensão guardando correlação entre seu objetivo, suas variáveis e sua fórmula de cálculo.</p> <p>Esse indicador já havia sido apresentado no Relatório de Gestão do Exercício de 2012, sendo que a apuração realizada teve como resultado 20 dias. No Relatório de Gestão em análise, a meta era de 20 dias e o valor apurado foi de 23 dias.</p>
Tempo médio para Pagamento (TMP)	<p>Objetiva medir o tempo de dias gastos para pagamento dos fornecedores, considerando-se os dispositivos legais previstos, após o devido recebimento dos bens e serviços adquiridos pela CABW.</p> <p>Esse indicador apresenta alto grau de confiabilidade, pois é calculado pelo sistema SILOMS-EXT. Os dados primários são gerados pelo próprio sistema que processa as datas registradas e realiza o cálculo em um módulo gerencial específico de acompanhamento de indicadores.</p> <p>Sob o aspecto da validade o indicador é capaz de medir, de forma adequada, aquilo a que se propôs, além de ser de fácil compreensão guardando correlação entre seu objetivo, suas variáveis e sua fórmula de cálculo.</p> <p>A meta programada foi de 15 dias, tendo sido apurado o tempo médio de pagamento de 12 dias. No exercício de 2012, o valor apurado foi de 14 dias.</p>
Quantidade de Requisições por tempo de DPE em atraso	<p>Objetiva medir a quantidade de requisições com atraso na Data Prevista de Entrega (DPE) do material aeronáutico e de material de reparo, por faixas de tempo.</p> <p>Esse indicador apresenta alto grau de confiabilidade, pois é calculado pelo sistema SILOMS-EXT. Os dados primários são gerados pelo próprio sistema que processa as datas registradas e o quantitativo de requisições geradas, realizando o cálculo em um módulo gerencial específico de acompanhamento de indicadores.</p> <p>Sob o aspecto da validade, o indicador é capaz de medir de forma adequada aquilo a</p>

	<p>que se propôs, além de ser de fácil compreensão guardando correlação entre seu objetivo, suas variáveis e sua fórmula de cálculo.</p> <p>Esse indicador possui como meta, a ocorrência de menos de 100 requisições com data prevista de entrega e com o tempo de atraso maior ou igual a 12 semanas. Adicionalmente ele possibilita o acompanhamento escalonado por período de atraso.</p> <p>O gestor informou que tem intensificado suas ações de cobrança de cumprimento de prazo por parte dos fornecedores, após o acompanhamento periódico desse indicador.</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

4. GESTÃO DE PESSOAS

As questões a serem avaliadas pela auditoria de gestão foram: A gestão de RH atende às necessidades da unidade? O efetivo é adequado? Se não, quais ações foram tomadas para manutenção/aumento do efetivo? Há serviços terceirizados? Como estão ocorrendo às contratações de pessoal temporário?

A CABW apresenta um efetivo reduzido, contando com 14 militares, um servidor civil e 49 auxiliares locais.

Os auxiliares locais são regidos pela Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, pelo Decreto nº 2.299, de 13 de agosto de 1997 e pela Portaria nº 356/GC1, de 04 de maio de 2001. Todos os auxiliares locais são brasileiros, e verifica-se que 47% encontram-se na faixa etária acima dos 51 anos e que 80% possuem 2º grau ou curso técnico.

Ocorreu enquadramento de uma auxiliar local no cargo de Agente Administrativo, integrante do Plano de Classificação de Cargos (PCC), de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do quadro de pessoal do COMAER, através da Portaria nº 1 da Secretaria de Gestão Pública do MPOG, de 4 de janeiro de 2013, publicada no DOU nº 4, de 7 de janeiro de 2013, em razão de sentença judicial exarada nos autos do Mandado de Segurança nº 9.952/DF. Ainda, em estrito atendimento à referida determinação judicial, o emprego ocupado pela auxiliar local foi transformado em cargo, nos termos do artigo 243, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. A atual servidora completará 70 anos de idade em 2014 e solicitou aposentadoria.

Não existe conhecimento formal, por parte do gestor da CABW, de outros processos semelhantes. Foi informado, também, que não há resposta do COMGEP em relação ao pedido de aposentadoria da referida servidora.

O gestor considera que a força de trabalho existente é adequada para a realização das atividades da CABW e que se encontra bem distribuída nos diversos setores. Em 26 de abril de 2013, foi emitida a NPA/0030-93/ADM que trata das relações de trabalho entre a CABW, os auxiliares locais e o Processo Seletivo Simplificado (PSS). Esse normativo disciplina as relações de trabalho e formaliza controles mais efetivos, além de estabelecer o Plano de Avaliação dos Auxiliares Locais.

A equipe de auditoria constatou que há pouca divulgação do PSS para contratação de auxiliares locais, a divulgação foi limitada e ocorreu um período de tempo muito curto e, ainda, foi constatada a ausência de critérios para a avaliação curricular dos candidatos. Atualmente não há a utilização de cadastro reserva.

5. TRANSFERÊNCIAS

Não ocorreram no exercício.

6. GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

As questões propostas para a equipe de auditoria foram: A execução orçamentária e financeira da unidade apresenta conformidade legal? A legalidade e a regularidade dos atos e contratos encontram-se adequadas? (Compras e contratações, suprimento de fundos, restos a pagar, patrimônio, transferências, passivos sem prévia previsão orçamentária). A UJ tem adotado medidas que estimulem o uso racional de recursos (redução do consumo de papel, energia ou água), e separação de resíduos recicláveis descartados?

Em razão das limitações de tempo para avaliação de todos os itens, foi acordado em reunião prévia realizada entre o CENCIAR e o TCU que os aspectos de conformidade estariam embasados no Relatório de Auditoria de Conformidade, elaborados no exercício de 2013, pelo CENCIAR.

A CABW assinala que a falta de regulamentação do art. 123, da Lei nº 8.666/93, constitui-se em uma vulnerabilidade para a realização de sua atividade finalística.

A equipe de auditoria questionou sobre a ausência de ações efetivas para cobrança de fornecedores com prazos de entrega vencidos, evidenciados pelos expressivos valores de restos a pagar não liquidados, conforme Relatório de Auditoria de Conformidade nº 21/2013. A CABW apresentou planilha de controle contendo relação de fornecedores em atraso e as penalidades aplicadas, além de apresentar os seus respectivos PAG 67102133704_2013-13 e PAG 67102134114_2013-16.

O gestor se manifestou afirmando que, de fato, os procedimentos de cobrança da data prevista de entrega (DPE) não estavam sendo adequadamente observados, e que, a partir do 2º semestre de 2013 foram implantadas novas rotinas, de forma a tornar efetivos os procedimentos de cobrança para cumprimento de prazos pelos fornecedores. Esses procedimentos passaram a utilizar, rotineiramente, o indicador de DPE, já comentado acima.

Em relação à frota de veículos, a CABW citou, no Relatório de Gestão, ter realizado a opção pela utilização do leasing, em razão do menor custo de manutenção e da garantia das boas condições da frota.

A equipe de auditoria solicitou o estudo que avaliou a relação custo X benefício entre as opções de aquisição, locação ou leasing. Foi apresentado o termo de referência do processo licitatório, no qual foi constatado que não há nenhum tipo de avaliação das vantagens e desvantagens, para a administração, entre a aquisição de veículos ou contratação de leasing.

Quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nos processos de aquisições, verificou-se que as ações adotadas são incipientes, restringindo-se a campanhas com o objetivo de racionalizar o uso de energia elétrica e de água, para redução de gastos. Não há conhecimento sobre os programas de sustentabilidade do governo federal (Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P, Programa de Eficiência do Gasto - PEG e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos - Procel EPP).

A Unidade não apresentou gastos com cartões de crédito corporativo.

As despesas realizadas por meio de suprimento de fundos, através de contas do tipo B, apresentam valores elevados de execução, atingindo o valor de R\$ 2.479.492,13 (dois milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais e treze centavos). Segundo explicações apresentadas pelo gestor, esse cenário justifica-se pelo fato de que todas as despesas executadas pelas Adidâncias, localizadas na América do Sul e na América do Norte, a Missão Técnica Aeronáutica Brasileira (MTAB), no Paraguai, a Delegação Aeronáutica Brasileira junto a OACI, em Montreal - Canadá, são efetuadas através de suprimentos de fundos, de acordo com o previsto na Portaria Normativa nº 1.403/MD, de 26 de outubro de 2007.

A equipe de auditoria identificou situações em que um mesmo suprido pode receber mais de um suprimento simultaneamente. Esses suprimentos são destinados a atender diferentes naturezas de despesas, segundo informação do gestor que relatou ter cumprido o que se encontra definido no Manual Eletrônico da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), conforme item 8.9.1.1 do Manual da SEFA, MCA 172-1: "A concessão de Suprimento de Fundos poderá envolver mais de uma natureza de despesa, desde que sejam emitidas as respectivas notas de empenho nas dotações pertinentes".

O processo de análise das prestações de contas dos agentes supridos também apresentou fragilidade. Foram identificadas dificuldades de conciliação das informações citadas na prestação de contas com os registros de material permanente do SIAFI, visto que a causa dessa situação é que o suprimento de fundos também é utilizado pelas Adidâncias para a execução de despesas de natureza 449052 (material permanente).

7. PASSIVOS SEM PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Não foram assumidos passivos sem a prévia previsão orçamentária.

8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A equipe de auditoria tinha como escopo de seu trabalho avaliar as seguintes questões: A gestão de TI é conduzida para atendimento e suporte das atividades fim da unidade? A unidade realiza atividades para mitigar riscos relacionados à TI?

Em relação à estrutura de governança corporativa, o gestor informou que para o preenchimento do quadro A.7.1 considerou a Alta Administração como sendo a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), órgão central do sistema de tecnologia da informação do COMAER. Considerou, ainda, que as políticas estabelecidas são as constantes no normativo DCA 14-7/2004, emitido pela DTI e pelo DCA400-34/2004, do COMGAP. Ademais, apresentou os normativos internos da própria CABW, NPA/056B-03/ATI, que trata de procedimentos da Assessoria de Tecnologia da Informação (ATI), e NPA/060B-05/ATI, que trata da utilização dos recursos de computação e da rede da CABW.

Em 2013, não havia PDTI formalmente aprovado na CABW. Atualmente só possui PDTI aprovado para o período de 2014 a 2015, publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) de 6 de fevereiro de 2014.

Foi constatado pela equipe de auditoria que não há documento formal contendo objetivos e metas quantificáveis estabelecido na Unidade para o exercício de 2013. A despeito de ter respondido que realizou auditoria de governança de TI e de segurança da informação, essas afirmativas não correspondem à realidade.

O principal sistema de informação utilizado pela CABW, e que suporta sua atividade finalística, é o Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços Módulo Exterior (SILOMS-EXT). O SILOMS é um sistema desenvolvido pelo COMAER e que integra as atividades de logística, incluindo materiais, equipamentos, fornecedores e distribuidores. A estrutura atualmente existente encontra-se estruturada para atender a atividade finalística desenvolvida pela CABW.

Na CABW, as manutenções e os desenvolvimentos necessários ao SILOMS-EXT são realizados por um auxiliar local, que é a mesma pessoa responsável por executar o mapeamento dos processos internos. Essa acumulação de função constitui-se em vulnerabilidade na gestão de TI, pois o conhecimento do processo e a manutenção do sistema encontra-se com uma única pessoa. A ocorrência de demandas por novos desenvolvimentos é pequena, as demandas que ocorrem com maior frequência são as de manutenção corretiva.

Foram identificadas fragilidades no gerenciamento do servidor do banco de dados do SILOMS-EXT, que se encontra localizado na CABW e, foi iniciado em março de 2013, o processo de migração do SILOMS-EXT para o Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro (CCA-RJ) que, até o presente momento, não foi concluído. O cronograma de implantação foi definido e registrado conforme Ata de Reunião nº 01/CCARJ/13, realizada em 8 de abril de 2013. A data final para término da migração do banco de dados foi marcada para o dia 27 de maio de 2013.

Em julho de 2013, a CABW questionou o CCA-RJ sobre providências a serem tomadas para dar prosseguimento ao processo que se encontrava em atraso, em relação ao cronograma previsto.

Em 9 de outubro de 2013, a CABW emitiu o Parecer Técnico nº 6/4129/2013 comunicando que realizou avaliação do servidor que hospeda o banco de dados do sistema e alerta para a possibilidade de ocorrência de perda de dados que podem acarretar graves prejuízos. Esse Parecer Técnico aponta, como solução paliativa enquanto a migração definitiva para o CCA-RJ não é concluída, a utilização de outro servidor atualmente disponível na CABW. Essa solução intermediária seria executada em parte pela própria equipe da CABW e, em parte, por prestador de serviço.

9. PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A CABW possui três imóveis sob sua gestão: o prédio onde está localizada sua sede, o terreno e o depósito nele localizado.

A equipe de auditoria questionou a CABW sobre o motivo dos imóveis não apresentarem as suas respectivas reavaliações atualizadas, tendo em vista que as datas registradas no Relatório de Gestão remontam à década de 70 e, concomitantemente, há uma observação informando que houve uma reavaliação em 17 de setembro de 2012 aguardando homologação da DIRENG, conforme 4º Despacho nº R-85/SEP/119986, de 8 de outubro de 2013, do IV COMAR, e atualização do SPIUNET (PAG 67102.130166/2013-13).

O gestor apresentou documentação comprobatória de avaliação dos bens imóveis realizada

por engenheiro norte-americano, em 17 de setembro de 2012. Entretanto, essa avaliação não foi aceita, devido não estar em conformidade com a legislação brasileira, e nem de acordo com o Parecer Técnico nº17/SERENG-4/SEP/2013, de 09 de abril de 2013.

10. CONTROLES INTERNOS

Em relação aos controles internos, as questões a serem respondidas pela equipe de auditoria foram: As informações apresentadas sobre controle interno/ambiente de controle são adequadas? Representam a realidade da unidade? O gestor preocupa-se de fato com o estabelecimento de controles, sua aplicação e seu grau de adequação/aderência?

No geral, a CABW apresenta um bom ambiente de controle. A normatização de processos e o cumprimento de regras é uma característica fortemente incorporada à cultura militar.

Segundo relatado pelo Agente de Controle Interno (ACI) da CABW ocorreu forte empenho da Alta Administração, durante o exercício de 2013, no aprimoramento dos controles administrativos, o que gerou uma melhor avaliação nesse quesito, dentro do quadro A.3.2 do Relatório de Gestão. As ferramentas de comunicação mais utilizadas são os boletins internos, que são publicados semanalmente, e o e-mail corporativo. Entretanto, o boletim interno da CABW está sendo elaborado no software Word, o que acarreta fragilidade em sua elaboração. O COMAER desenvolveu em seu sistema de pessoal o SIGPES, uma funcionalidade para elaboração e emissão de boletins internos, que contempla todo o processo a ser adotado pelas OM para a publicação.

O gestor considerou como normativos que embasam a existência de código de ética formalizado, os regulamentos disciplinares dos militares. Em relação aos civis, não há código de ética. Foi informado que, em 2013, não foram feitas delegações de competência na CABW.

Em relação à acumulação de funções foi identificado que a Assessoria de Tecnologia da Informação está executando a gestão do cadastro de fornecedores, que é uma atividade operacional diretamente ligada ao processo de aquisição de bens, atividade fim da CABW. Essa acumulação de funções ficou evidenciada no Regimento Interno e no Boletim nº 26, de 24 de junho de 2013, que publicou a designação da Comissão de Cadastramento.

Quanto aos aspectos de avaliação de riscos, apesar de ter sido respondido no Quadro A.3.2 todos os itens como parcialmente válido ou totalmente válido, a equipe de auditoria identificou que não há prática estruturada, periódica e formalizada de avaliação.

Em relação aos procedimentos de controle, foi verificado que o ACI possui forte atuação, realizando procedimentos de controle e avaliação. Como a CABW utiliza o SILOMS-EXT, diariamente é gerado um arquivo "batch" para atualização do SIAFI. O ACI é o responsável por realizar o acompanhamento diário da execução dessa rotina, para verificar as críticas e rejeições que possam ter ocorrido e para dar o encaminhamento adequado para a correção.

11. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Não foram identificadas, no momento da Auditoria de Gestão, situações não contempladas nos itens anteriores que afetem o julgamento da gestão dos responsáveis arrolados no processo de contas.

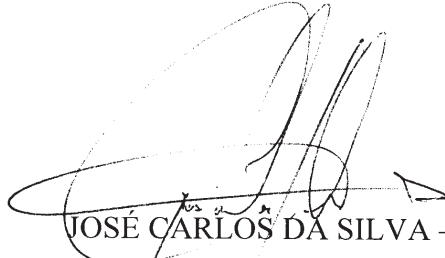
IV – RECOMENDAÇÕES

1. Elaborar o Plano de Trabalho Anual conforme previsto na NPA 04B-93/CHF.
2. Efetuar gestões junto aos órgãos superiores no sentido de obter autorização do EMAER/DIRAP para a confecção de boletim interno, pelo SIGPES.
3. Promover alteração no Regimento Interno objetivando que a gestão do cadastro de fornecedores seja de competência da Divisão de Logística.
4. Incluir no edital de seleção, os requisitos para cada cargo de auxiliar local, bem como normatizar os critérios para avaliação dos currículos. Avaliar a possibilidade de criação de cadastro de reserva. Ampliar prazo e locais de divulgação do edital.
5. A Unidade deve orientar os detentores de suprimento de fundos para que apresentem as prestações de contas incluindo o Relatório de Inventário Sintético da UG, emitido pelo SILOMS, quando ocorrer despesa de natureza 449052.
6. Realizar estudo comparativo sobre a viabilidade entre leasing X aquisição que fundamente o termo de referência de novos contratos.
7. Cumprir, tempestivamente, os procedimentos para a cobrança de fornecedores definidos na NPA 015E-94.

V - CONCLUSÃO

Em face do exame realizado, opinamos pela REGULARIDADE da gestão do responsável pela Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2013.

Brasília, 26 de julho de 2014.



JOSE CARLOS DA SILVA – Cel Int



JULIANA ALBERTINA PACHECO NOEL – AFC